PORTARIA Nº 1079/2016 – TCM, DE 05/09/2016

Nome: MARCO ANTONIO MARTINS DE SOUZA
Assunto: Licença-prêmio, referente ao saldo do triênio 2010/2013.
Período: 17/11 a 16/12/2016.

PORTARIA Nº 1080/2016 – TCM, DE 06/09/2016

Nome: CARLOS AUGUSTO GOMES MONTEIRO
Assunto: Férias
Período: 15/09 a 14/10/2016; P.A. 2015/2016

PORTARIA Nº 1081/2016 – TCM, DE 06/09/2016

Nome: LEILIANNE SOARES ALVES
Assunto: Férias
Período: 03/10 a 01/11/2016; P.A. 2015/2016.

PORTARIA Nº 1082/2016 – TCM, DE 06/09/2016

Nome: PAULA FRASSINETTI FERREIRA DO AMARAL
Assunto: Licença-prêmio, referente a parte do triênio 2001/2004.
Período: 12/09 a 11/10/2016.

Protocolo: 114928

PUBLICAÇÃO DE ATOS***ACÓRDÃO Nº 29.358, DE 01/09/2016**

Processo nº 201609974-00
Origem: Prefeitura Municipal de Parauapebas/ Secretaria Municipal de Saúde
Assunto: Medida Cautelar de sustação do pagamento do Contrato nº 20160440, decorrente de dispensa de licitação nº 007/16-07SEMSA

Responsável: Juranduy Soares Granjeiro
Relator: Conselheiro José Carlos Araújo
EMENTA: Medida Cautelar, referente a Contrato de dispensa de licitação. Prefeitura Municipal de Parauapebas/Secretaria Municipal de Saúde. Pela homologação do ato.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 04 e 05 dos autos.

Decisão: Homologar a presente Medida Cautelar, em virtude da presença *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* devidamente justificado.

***República por ter saído com incorreção no dia 29 de setembro de 2016.**

ACÓRDÃO Nº 29.389, DE 13/09/2016

Processo nº 201104850-00
Origem: Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 010/2011
Responsável: Leonildes Soares da Silva
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa
EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 010/2011. Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc. Pela aprovação, c/ ressalvas, das contas. Recolhimento. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento devido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 54 a 56 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalvas, as contas do Convênio nº 010/2011, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém/SEMEC e a Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho, no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor da Sra. Leonildes Soares da Silva, o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento aos cofres públicos municipais da quantia de R\$-370,00 (trezentos e setenta reais), devidamente atualizada.

ACÓRDÃO Nº 29.390, DE 13/09/2016

Processo nº 940052010-00 (201104595-00)
Origem: Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio
Assunto: Prestação de Contas de 2010
Responsável: José Marcos da Silva Melo
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Mãe do Rio. Exercício de 2010. Pela irregularidade das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 217 a 220 dos autos.

Decisão: I – Julgar irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. José Marcos da Silva Melo, com fulcro no Art. 32, Inciso III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, sem prejuízo das seguintes sanções:

- 1) Recolhimento aos cofres municipais, de acordo com o Art. 35, da LC nº 84/2012, corrigidos monetariamente, do valor de R\$-118,62 (cento e dezoito reais e sessenta e dois centavos), referentes à conta Agente Ordenador;
- 2) Multas ao FUMREAP, com fundamento no Art. 57, Inciso I, "a", da LC nº 84/2012:

- R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa fora do prazo

da prestação de contas do 2º quadrimestre (122 dias de atraso);
- R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde;

- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo não repasse do total das contribuições retidas aos órgãos previdenciários (Arts. 40 e 195, II, da CF/88) e incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais (Art. 50, II, da LRF);

- R\$-20.000,00 (vinte mil reais), pelo não envio de Processos Licitatórios para as despesas no total de R\$-1.275.028,78 (Art. 37, XXI, da CF/88 e Art. 2º, da Lei 8.666/93 e Art. 3º, da IN 01/2009);

II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis;

III – Ressaltar que o não pagamento dos referidos valores, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.392, DE 13/09/2016

Processo nº 201603617-00 (1410162013-00)
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru
Assunto: Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 28.487/2016/TCM, exercício de 2013

Responsável: Gessiane Souza dos Santos Brito – (Período 01.01 a 25.10.2013)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Recurso Ordinário. FMS de Quatipuru. Exercício de 2013. Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, devendo ser aprovada, c/ ressalva, as contas, mantendo as multas pelo não repasse ao INSS do total das contribuições previdenciárias retida dos contribuintes; pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais; e, pelo não envio dos contratos temporários. Expedição do Alvará de Quitação, após os recolhimentos devidos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 299 a 302 dos autos.

Decisão: I – Conhecer do presente Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de aprovar, com ressalva, as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru, exercício de 2013, de responsabilidade de Gessiane Souza dos Santos Brito, no período de 01.01 a 25.10.2013, mantendo as multas de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS do total das contribuições previdenciárias retidas dos contribuintes e pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais, e de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pelo não envio dos contratos temporários, fundados, respectivamente, no Art. 57, III, "b" e no Art. 57, III, "a", da LC nº 84/2012, deste Tribunal;

II – Expedir em favor do citado Ordenador o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-664.741,18 (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), após o pagamento das multas imputadas.

ACÓRDÃO Nº 29.432, DE 20/09/2016

Processo nº 990022009-00
Origem: Câmara Municipal de Rurópolis
Assunto: Prestação de Contas de 2009

Responsável: Joselino Padilha

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Rurópolis. Exercício de 2009. Pela aprovação, c/ ressalva, das contas. Multa. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento da multa. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 118 a 120 dos autos.

Decisão: I – Aprovar, com ressalva, as contas da Câmara Municipal de Rurópolis, exercício financeiro de 2009, devendo ser expedido em favor do Ordenador de Despesas Joselino Padilha, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas;

II – Expedir em favor do citado Ordenador de Despesas, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-1.135.084,83 (hum milhão, cento e trinta e cinco mil, oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), após o recolhimento determinado;

III – Ressaltar que o não pagamento do referido valor, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.439, DE 22/09/2016

Processo nº 662022009-00 (201010619-00)
Origem: Fundo Municipal de Saúde de Salvaterra
Assunto: Prestação de Contas de 2009

Responsável: Maria José Gomes de Araújo
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Salvaterra. Exercício de 2009. Pela irregularidade das contas. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios

do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 126 a 128 dos autos.

Decisão: I – Julgar irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Salvaterra, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Maria José Gomes de Araújo, com fulcro no Art. 32, Inciso III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012, sem prejuízo das seguintes sanções:

- Multas ao FUMREAP, com fulcro no Art. 57, I, da Lei nº 84/2012 – LOTCM:

1) R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pelo envio das prestações de contas do 2º e 3º quadrimestres, fora do prazo legal (Resolução nº 9.065/2008, IN nº 001/2009/TCM-PA), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

2) R\$-4.000,00 (quatro mil reais), sendo R\$-2.000,00 (dois mil reais) por cada ocorrência: 1. pela incorreta apropriação e recolhimento das Obrigações Patronais (Art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal); 2. pela disponibilização em Caixa, no final do exercício, do valor de R\$-123.869,19 (Art. 164, §3º, da CF/88 e Art. 43, da LRF), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

3) R\$-6.000,00 (seis mil reais), pelo não envio de processos licitatórios (Art. 37, XXI, da CF c/c Art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis;

III – Ressaltar que o não pagamento dos referidos valores, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM/PA, de 23/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.440, DE 22/09/2016

Processo nº 200812276-00 (140131995-00)
Origem: Secretaria Municipal de Saúde – SESMA/PMB
Assunto: Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 17.280/2008/TCM, exercício de 1995

Interessado: Fernando Agostinho Cruz Dourado – (Ordenador)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Recurso de Reconsideração. Secretaria Municipal de Saúde – SESMA/PMB. Exercício de 1995. Pelo conhecimento e provimento total do recurso, devendo ser reformada a decisão recorrida.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 454 a 458 dos autos.

Decisão: Conhecer do presente Recurso de Reconsideração e, no mérito, dar-lhe provimento total, reformando-se a decisão constante do Acórdão nº 17.280/2008/TCM-PA.

ACÓRDÃO Nº 29.449, DE 22/09/2016

Processo nº 201004192-00
Origem: Associação de Pais e Educadores Moaraná

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 032/2010

Responsável: Antônio de Sousa Vito

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 032/2010. Associação de Pais e Educadores Moaraná. Pela aprovação, c/ ressalvas, das contas. Recolhimento. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento devido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 68 a 70 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalvas, as contas do Convênio nº 032/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém/SEMEC e a Associação de Pais e Educadores Moaraná, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros na forma de subvenção social para cobrir despesas constantes do Plano de Trabalho, no intuito de prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, devendo ser expedido em favor do Sr. Antônio de Sousa Vito, o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento aos cofres públicos municipais da quantia de R\$-354,60 (trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos), devidamente atualizada.

ACÓRDÃO Nº 29.450, DE 22/09/2016

Processo nº 201004783-00
Origem: Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 010/2010

Responsável: Leonildes Soares da Silva

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 010/2010. Associação dos Moradores das Passagens Santa Rita e Joana D'Arc. Pela aprovação, c/ ressalvas, das contas. Recolhimento. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento devido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 57 a 59 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalvas, as contas do Convênio nº 010/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém/SEMEC